

A espacialidade do sistema de microcrédito no município de Limeira: o Banco do Povo Paulista

Maria Magali Matias de Assis
mmm3s3@hotmail.com
Unesp – Rio Claro

Palavras-chave: microcrédito, banco do povo paulista, circuito inferior.

O objetivo deste trabalho é analisar o efeito das políticas de microcrédito no circuito inferior da economia, as resistências, eficácia ou não dos projetos já adotados no Brasil e especificamente o papel do Banco do Povo Paulista no município de Limeira. Para a investigação é necessário compreender a história do crédito no território brasileiro, para isso partiremos da contribuição de Fabio Contel.

Foi proposta de Fabio Betioli Contel, em sua tese de doutorado “Território e Finanças: normas e topologias no Brasil” (2011) investigar o surgimento do sistema financeiro e suas implicações sobre o território, em especial no Estado de São Paulo. Para isso o autor elege como principal categoria para análise o espaço geográfico como forma, dotado de um conteúdo ou conteúdos sejam eles técnicos, normativos, econômicos e sociais, segundo Milton Santos (1996), um espaço híbrido. O sistema financeiro é, portanto, conteúdo normativo e ao mesmo tempo técnica que influencia a materialização do capital no espaço geográfico. Nesse viés, a proposta deste trabalho é analisar a concessão de crédito, em especial, o microcrédito, os atores e as ações através da atuação do Banco do Povo Paulista no município de Limeira.

O Brasil é um país que possui peculiaridades, dada a sua constituição histórica, e na economia, apresenta também diferentes processos de evolução econômica, resultado das regionalizações espontâneas que também oferecem resistências às mudanças e, portanto, produz espaços geográficos distintos.

A intervenção do Estado sempre foi uma alternativa para equiparar as condições de desenvolvimento entre as regiões, da mesma forma em que financia e

privilegiam grandes sistemas de engenharias nas regiões mais dinâmicas, no caso do Brasil as Regiões Sul e Sudeste. Os bancos nacionais e estrangeiros têm forte papel na creditização destes sistemas de engenharia. Para as pequenas economias, são criadas políticas públicas a fim de suprir a deficiência do sistema financeiro em abarcar essa fatia da população geralmente inserida na atividade informal. O papel do Banco do Povo Paulista assim como demais instituições que serão investigadas na execução deste trabalho é fomentar negócios individuais ou coletivos que promovam a democratização do crédito e o fortalecimento das economias locais.

A Lei Federal 10735, de 11 de setembro de 2003, estabelece que 2% do total de depósitos efetuados à vista nos bancos devem ser destinados à operações de microcrédito. Os bancos comerciais podem utilizar várias formas de repasse destes recursos, optando por desenvolver programas próprios ou apoiar instituições especializadas em microcrédito objetivando a geração de emprego e renda (SOARES, 2007).

Na esfera federal é papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), através do Departamento de Economia Solidária, repassar os recursos para as instituições especializadas, com a função de regulação e aplicação da lei. Na esfera estadual, em particular, no Estado de São Paulo, foi criado o Banco do Povo Paulista, que tem entre os seus objetivos específicos: “aumentar a renda familiar; estimular o empreendedorismo e a criação de novos postos de trabalho; desenvolver o município” Estes são os atores e suas ações, porém, com o intuito de buscar uma visão geral e dialética entre a proposta e a resposta destas políticas públicas de microcrédito, é de fundamental importância analisar a eficácia como também a abrangência destes recursos, suas limitações e deficiências já que o Banco não atua como um banco em si, com depósitos diretos, mas sim como agência de fomento, uma intervenção indireta no lugar, pois o Banco do Povo Paulista trata-se de uma decisão da esfera estadual que elege quais os municípios que serão beneficiados como o projeto. A partir desta premissa, abre-se aí a possibilidade de inúmeras investigações, as quais teremos que nos limitar, focando seu mapeamento e efeito dentro da comunidade se assim for confirmado.

O Banco do Povo Paulista tem como objetivo fomentar micro e pequenos negócios familiares ou não, como forma de democratizar o crédito, estimular o empreendedorismo, como também a criação de novos postos de trabalho que possa resultar num desenvolvimento para o município. O programa aponta que uma das razões do êxito no atendimento desse público que busca o crédito é a alta qualidade no atendimento, sem visão paternalista e assistencialista, pois é feita uma análise criteriosa do perfil dos assistidos pelo Banco do Povo Paulista, além da exigência de avalista e a alienação fiduciária.

A busca por este tipo de creditação pela população ainda é tímida visto que a divulgação dos serviços não é estimulada através de marketing em associações, profissionais contábeis e sindicatos. Aqueles que buscam o financiamento para o microcrédito já estão inseridos numa atividade produtiva e acabam por conhecer essa alternativa através de terceiros, que não os setores do próprio município.

Neste sentido, o nosso objetivo do é mostrar como se distribui o microcrédito no município de Limeira através do Banco do Povo Paulista, quem são os atores e qual é a repercussão deste atributo no município. A agência de fomento aqui é vista no nosso trabalho como conteúdo que pode ou não moldar a forma (materialização) no espaço.

A realização deste projeto pauta-se na investigação do Banco do Povo Paulista no município de Limeira e para tal resultado será necessário um estudo sobre a própria instituição como também uma periodização histórica da concessão de crédito e microcrédito no território brasileiro, no Estado de São Paulo para entender os agentes hegemônicos e as heterogeneidades produzidas no lugar. Para atingir tal intuito foram escolhidos alguns trabalhos produzidos sobre microcrédito, inclusão, território e finanças além que podem e devem ser relacionados com o tema dessa pesquisa que é a atuação do Banco do Povo Paulista. Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico é uma categoria da geografia mas é um híbrido que engloba a materialidade do mundo, uma forma, e é dotado de conteúdos técnicos, normativos, econômicos e sociais.

A importância das finanças e da creditização na história é que ela produz materialidade, altera a função e a forma do espaço geográfico. Em toda a história

econômica brasileira, vemos a intervenção do Estado conforme os períodos históricos como também a sua articulação para reduzir os custos operacionais e econômicos a medida que o financiamento cria necessidades no território, exige expansão e custo. Essa dinâmica produzida pelo capital ora seja criando grandes sistemas de engenharia, ora criando mecanismos que reduzam as desigualdades resultantes das intervenções no Estado são “pano de fundo” para a compreensão da necessidade na atual conjuntura, da criação por parte do governo Estadual de um mecanismo que possa atender a um setor da população geralmente impossibilitada de ter acesso ao crédito, porém com um grande poder de criar resistências nos lugares.

Os pequenos e micro empreendedores são responsáveis pela geração de renda e portanto, circulação, fluxo em regiões e setores desestimulados pela ausência de políticas públicas. O que alguns trabalhos escolhidos para a realização deste projeto indicam é que há por parte do governo federal, estadual e municipal mecanismos projetados para atender a esta demanda como forma de geração de renda, emprego e formalização de negócios, que tange desde o planejamento, suporte para a criação e sustentação de novos negócios.

No seu livro “Território e finanças: técnicas, normas e topologias no Brasil, Fábio Betioli Contell traça um levantamento histórico do sistema financeiro no país, com as reformas realizadas no período, que vão do incentivo a integração financeira no território.

A metodologia se confirma em uma forma de desvendamento do real. A ciência tem por tarefa investigar os elementos que compõe o espaço direta ou indiretamente, entre objetos e ações como também nas subjetividades e contradições que são reveladas na pesquisa. São partes essenciais na realização deste projeto a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o trabalho de campo.

Referências bibliográficas

BENKO, Georges e Alain Lipietz (orgs.). **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes:** os Novos Paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora. 1994.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças:** técnicas, normas e topologias

bancárias no Brasil. Fabio Betioli Contell. São Paulo: Annablume, 2011.

HIRSCHIMAN, Albert O. **De consumidor a cidadão.** Atividade privada e participação na vida pública. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

- OLIVEIRA, Francisco de (1977). *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (5ª Ed.).
- PIMENTEL, Vinícius; KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Microcrédito:** por que os bancos privados não bancam? UFF / Economia, Niterói- RJ. TD 242, 2008.
- SANTOS, Milton. O Dinheiro e o território. *Geographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Ano 1. No. 1 1999. P. 7-13
- SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, p. 35-39, 1991.
- SOARES, Marden M.et al. **Microfinanças:** O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.
- SILVA Jr, Gilberto Oliveira. BNDES: Promovendo um ordenamento territorial desigual. In **Anais do XVIo. Encontro Nacional de Geógrafos**. AGB/Rio Branco. 2006.
- RATTNER, Henrique, (coord.). **Instituições Financeiras e Desenvolvimento Tecnológico Autônomo:** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. São Paulo: IPE/USP/FIPE/FAPESP, 1991.